

**ACAMPAMENTO CORAGEM NO MUNICÍPIO DE PALMEIRAS
DO TOCANTINS (TO) E OS IMPACTOS DA USINA
HIDRELÉTRICA DE ESTREITO (MA)**

*ACAMPAMENTO CORAGEM IN PALMEIRAS DO TOCANTINS (TO)
MUNICIPALITY AND THE IMPACTS OF ESTREITO HYDROELECTRIC
PLANT (MA)*

Gerson da Silva Oliveira¹

Laylson Mota Machado²

Airton Sieben³

RESUMO: O Acampamento Coragem, situado no município de Palmeiras do Tocantins (TO) é formado por uma comunidade ribeirinha, tendo aproximadamente cem moradores, ocupando um território em disputa contra os empreendedores da barragem de Estreito no estado do Maranhão. O objetivo deste trabalho é descrever o processo de formação da comunidade e analisar os principais impactos causados pela construção da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA), buscando evidenciar a percepção dos moradores em relação aos embates enfrentados pelo empreendimento. O estudo realizou-se a partir da pesquisa qualitativa, observação participante e trabalho de campo, procurando compreender o cotidiano dos moradores da comunidade, as mudanças em seus modos de vida e descrever sobre os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização. A partir dos resultados, evidenciou-se que mesmo após a instalação da usina, a comunidade continua sofrendo com danos irreversíveis nos seus modos de vida e atividades culturais.

PALAVRAS-CHAVES: Território. Acampamento Coragem. Barragem. Impactos. Rio Tocantins.

ABSTRACT: Acampamento Coragem is located in Palmeiras do Tocantins municipality (TO). It is formed by a riverine community of about one hundred inhabitants, who occupy territory in conflict against the entrepreneurs of the Estreito plant in the state of Maranhão. The objective of this work is to describe the formation process of the community and to analyze the main impacts occasioned by the building of the Estreito Hydroelectric Plant, trying to evidence the perception of the residents in relation to the conflict affronted by the entrepreneurship. This study was made

¹ Graduando em Geografia na Universidade Federal do Tocantins (UFT) - Campus Araguaína. E-mail: gerson.oliveira@mail.uft.edu.br.

² Graduado em Ciências Sociais, pela Universidade Federal do Tocantins. Mestre em Estudos de Cultura e Território, pela Universidade Federal do Tocantins (PPGCult/ UFT). Pesquisador do Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Territórios Populares e suas Representações (LaTPOR/ UFT). Doutorando em Sociologia na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). E-mail: laylsonmm@gmail.com.

³ Doutor e Pós-doutor em Geografia, pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), 2012 e 2015. Mestre em Geomática (Engenharia Agrícola) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2004. Graduado em Geografia (Licenciatura e Bacharelado), 2000 e 2004, pela UFSM. Professor associado da Universidade Federal do Tocantins (UFT). E-mail: asieben@mail.uft.edu.br.

through the qualitative inquiry, participant observation, and a field research. It looks to comprehend the everyday of inhabitants' community and point out the changes in its life manners. It also describes the processes of territorialization, deterritorialization and reterritorialization. From the results and after the installation of the plant, it is evident that the community continues suffering with the irreversible damage on its life manners and cultural activities.

KEYWORDS: Territory. Acampamento Coragem. Plant Impacts. Tocantins River.

INTRODUÇÃO

A Usina Hidrelétrica de Estreito (UHEE), localizada na divisa dos estados do Maranhão e Tocantins, é destaque entre projetos de infraestrutura que têm impactado a vida de muitas comunidades ribeirinhas. Trata-se de um megaempreendimento já finalizado que surgiu com a proposta de trazer desenvolvimento à região ao gerar “energia limpa”⁴ e, com isso, contribuir para o crescimento econômico do país (SANTIAGO, 2014). A barragem impactou doze municípios, sendo eles Carolina e Estreito no Maranhão, Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins e Tupiratins no estado do Tocantins, alagando uma área de aproximadamente 400 km².

Dentre os grupos de atingidos pela UHEE, destaca-se a Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, composta por trinta e seis famílias, tendo aproximadamente cem moradores, sendo eles pescadores e agricultores. Esse grupo vivia acampado ao longo do Rio Tocantins antes da vinda da barragem, em terras cedidas por fazendeiros que legalmente tinham posse desses territórios. Nessa área, eles realizavam suas atividades de subsistência, como a produção de vazante, criação de animais e atividades de pesca.

Após a chegada da barragem, a comunidade enfrentou o processo de desterritorialização, acarretando a perda do lugar onde residiam e conseqüentemente, dando início ao processo de reterritorialização, isto é, a ocupação do território onde vivem atualmente, localizado no município de Palmeiras do Tocantins (TO).

⁴ Segundo Branco (2004, apud MACHADO, 2017, p. 19) as hidrelétricas se classificam por ser uma forma de gerar energia “limpa” por não produzir fumaça, monóxido de carbono, óxidos de nitrogênio ou de enxofre, como também não gerar resíduos radioativos. Entretanto, por causa do represamento de água durante o surgimento do lago, por não haverem desmatado a área a qual seria atingida, as árvores foram todas alagadas, com isso, passando por um processo de putrefação, o que acaba ocasionando em resíduos tóxicos a água, prejudicando no desenvolvimento da pesca.

A reterritorialização se dá por motivos de reivindicações dos direitos violados, assim como a busca por modos de vida ribeirinhos. A área passou a ser ocupada em outubro de 2015, período em que os moradores encontraram o território que é de posse do Consórcio Estreito Energia (CESTE), dirigente social e ambiental da operacionalização da usina, caracterizando-se pela confraria de empresas nacionais e multinacionais, no qual, são responsáveis pela administração da barragem: Engie do Brasil Energia, Vale, Alcoa e InterCement. Atualmente, o território encontra-se em disputa judicial dos acampados contra empreendedores da usina.

Com base nisso, este trabalho tem por objetivo analisar o processo de formação do Acampamento Coragem, identificando os principais impactos causados pela construção da UHEE, e descrever o processo de desterritorialização, assim como destacar a luta que essa comunidade tem enfrentado contra o CESTE na busca de sua reterritorialização e, por fim, comparar os modos de vida dos moradores do Acampamento Coragem antes e após a construção da barragem, dando ênfase às alterações em suas práticas culturais e profissionais.

Busca-se evidenciar a percepção dos moradores da comunidade em relação aos embates enfrentados com a construção da usina, e as formas como o empreendimento, mesmo após sua construção, continua a impactar a vida das populações atingidas, descrevendo os impactos ambientais, sociais e culturais que as famílias sofreram com a construção desse empreendimento.

A metodologia utilizada nesse artigo foi a pesquisa qualitativa, com uso do trabalho de campo e das observações participantes realizadas na comunidade em estudo. Por meio disso, foi possível conhecer a localização da área de estudo e participar do cotidiano das famílias acampadas, realizando algumas conversas com os moradores, buscando entender seus modos de vida e o que a barragem causou às suas práticas profissionais e culturais antes e depois de sua construção, dando ênfase na produtividade nas roças de vazante e atividade pesqueira.

Diante disso, a pesquisa qualitativa nos favorece entender esses fenômenos sociais, com base nos pressupostos de Minayo (1994):

“A pesquisa qualitativa responde as questões muito particulares. Ela se preocupa, nas ciências sociais, como um nível de realidade que não pode ser qualificado. Ou seja, ele trabalha com o universo de significados motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que correspondeu a um espaço mais

profundo nas relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis” (MINAYO, 1994, p. 21).

Portanto, a pesquisa qualitativa melhor se apropria à compreensão dos fenômenos sociais, de modo que buscamos analisar neste trabalho a percepção da comunidade ribeirinha, e tais fatores correspondem à realidade social vivenciada por essa população, tendo em vista que os fenômenos sociais não se quantificam, com isso, a pesquisa qualitativa se aprofunda nas análises sobre as ações e relações humanas, conforme pretendemos enfatizar nesse trabalho.

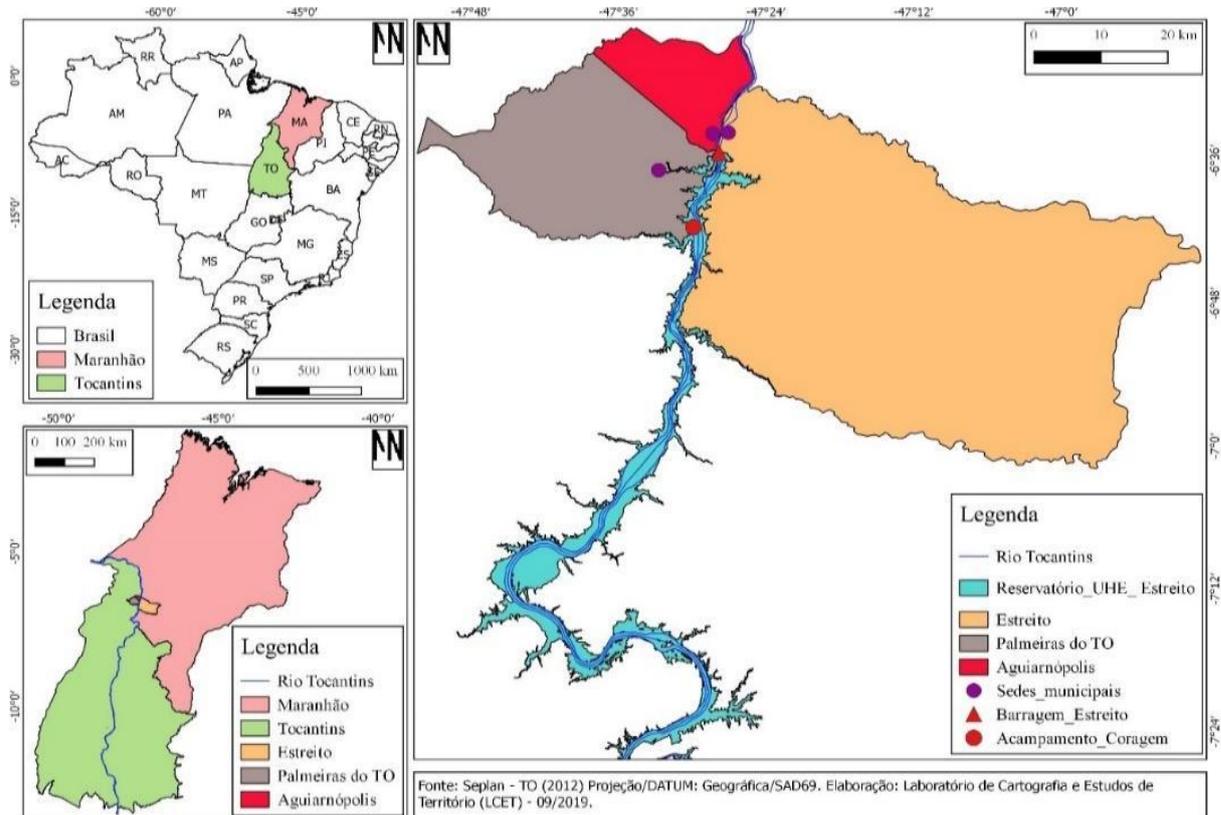
Através das observações em campo e dos relatos orais que obtivemos em contato com o lócus da pesquisa, compreendemos a percepção que os moradores do acampamento têm em relação à construção da UHEE, os impactos causados na comunidade ribeirinha, assim como a memória do lugar em sua trajetória de vida, apresentando as consequências que o empreendimento trouxe para essa população.

ACAMPAMENTO CORAGEM

O Acampamento Coragem está localizado no município de Palmeiras do Tocantins (TO), ficando à aproximadamente 13 (treze) km do município de Estreito (MA), onde a barragem de Estreito está instalada. A ocupação desse território é formada por pescadores e ribeirinhos que, desde outubro de 2015, ocupam essa terra que é de posse do CESTE, administrador do empreendimento e que disputa judicialmente a terra com os moradores da comunidade. Essa população é diretamente atingida pela UHEE, sendo em sua maioria associados à colônia de pescadores Z37 da cidade de Estreito. Com a vinda da barragem e dos efeitos causados por ela, passaram a migrar para esse acampamento, em busca de reivindicação dos direitos violados e procurando formas de continuar exercendo seus modos de vida, profissionais e culturais.

O acampamento, segundo o Mapa 1, está localizado no município vizinho à cidade no qual a sede da barragem se instalou. Observa-se que esse território perpassa a beira do reservatório da UHEE e classifica-se como uma terra que é de posse dos empreendedores da usina, neste caso, o CESTE.

Mapa 1: Localização do Acampamento Coragem



Fonte: SEPLAN- TO (2012) Elaboração: Lab. Cart. Est. Território (LCET) (09/2019)

O mapa 1 mostra a localização da área de estudo, sendo o município de Palmeiras do Tocantins (TO) adjacente à cidade em que o empreendimento foi instalado e próximo à barragem de Estreito, onde é possível destacar a comunidade pesquisada.

O surgimento da comunidade ocorreu quando os ribeirinhos foram desterritorializados do território que ocupavam antes da vinda da barragem para a região. Os pescadores viviam acampados nas margens do rio Tocantins, em terras que eram cedidas por fazendeiros, detentores legais dessa área. Após o alagamento desse território e sem qualquer indenização, os pescadores passaram a viver condições de vulnerabilidade, em razão da ausência de um lugar para exercerem suas práticas profissionais e de sobrevivência.

Após a perda desse local, os atingidos passaram a se deslocar para outros lugares, onde houvesse a possibilidade de continuar exercendo seus modos de vida. Na busca pela

reterritorialização e de continuarem com suas práticas culturais, encontraram na terra que é de posse dos empreendedores formas de reivindicar os direitos que lhes foram negados. Com isso, foram instruídos pelo Movimento dos Atingidos por Barragem (MAB) a ocupar a terra.

Após enfrentarem esse processo, os pescadores e suas famílias passaram a buscar alternativas para continuarem exercendo seus modos de vida, encontrando no Acampamento Coragem possibilidades para sua realização. Entretanto, enfrentaram uma série de embates e desafios, segundo Machado (2020):

“[...] a formação do Acampamento Coragem surgiu por meio de reivindicações e resistências. A população que hoje ocupa o território, desde a instalação da barragem, tem se manifestado em prol dos direitos que foram violados pelo empreendimento. Tais manifestações ocorreram desde o acampamento em frente à barragem (que durou cerca de um ano e oito meses), juntamente com o MAB e outras comunidades atingidas pela UHEE que acamparam reivindicando os direitos de pescador” (MACHADO, 2020, p. 27).

Diante das lutas enfrentadas por essa comunidade, os moradores tiveram conhecimento do território de posse do CESTE e, com o aval do MAB, passaram a ocupar a terra, uma vez que teriam o apoio do movimento na luta pela conquista desse território. Sendo assim, desde outubro de 2015, essa população tem buscado fixar novas territorialidades, dando continuidade às práticas de pesca e plantio no território que hoje ocupam.

Em decorrência do processo de ocupação, as demandas enfrentadas pelos moradores da comunidade passaram a ser debatidas conjuntamente, dando ênfase ao processo organizacional, discutindo meios de reivindicação e mobilizando questões relacionadas aos processos judiciais que enfrentariam contra os empreendedores da usina. Com isso, a formação política no acampamento é um fator preponderante para que os moradores continuem resistindo na luta por essa terra. Sobre o processo relacionado às questões políticas enfrentadas na comunidade, Machado e Sieben (2019) destacam:

“A partir das caminhadas e acampamentos ocorridos no processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito que muitos dos atingidos protestaram contra a construção da barragem, registrando, dessa forma, a militância e a entrada de muitos no movimento. Através disso, destaco a formação que ocorre dentro do Acampamento Coragem pondo em ênfase as demandas e tomadas de decisões de Dona Jacirene, mulher e líder do acampamento. A liderança no Acampamento foi escolhida de forma coletiva entre os moradores. No início da ocupação cada um buscou se organizar em

seu espaço e como destacado por muitos deles, “cada um por si e Deus por todos”. Após adentrarem no acampamento decidiram se reunir mensalmente a fim de debater sobre questões que os envolviam como um todo, isto é, organização, divisão dos lotes, o processo de produção e os processos judiciais que enfrentariam para a conquista da terra. Nestas reuniões decidiram que quem iria representar os moradores seria Dona Jacirene, já em razão da sua militância no movimento” (MACHADO; SIEBEN, 2019, p. 284).

A partir disso, pode-se observar que o apoio do movimento e a participação dos moradores nas questões políticas foram de grande importância para permanecerem ocupando esse território. A intervenção política e pedagógica do MAB foi imprescindível, uma vez que conduziram a implantação e efetivação da consciência política aos acampados, incentivando-os a continuarem resistindo e preservando o modo de vida ribeirinho.

Percebemos por meio desta pesquisa a contribuição e relevância do MAB na luta junto à comunidade pela garantia dos direitos dos acampados. Em todas as falas, os moradores citam o movimento como sendo o fator primordial para continuarem lutando.

Fotografia 1: Barracão do Acampamento Coragem



Fonte: Oliveira, 2019.

Na Fotografia 1, destaca-se um dos barracões da comunidade, especificamente o local onde realizam as reuniões mensais, atividades para discorrerem sobre questões voltadas à ocupação e demandas de permanência no acampamento. Além disso, a cada primeiro domingo do mês, é realizado nesse mesmo local, um encontro a fim debater questões relacionadas à vivência da comunidade e apresentarem as atualizações sobre o processo judicial de conquista da terra.

O território, de acordo com Santos e Sieben (2014), surge a partir das relações socioespaciais, relações de poder, apropriação e dominação nas mais variadas dimensões e escalas. Para reforçar essa afirmação, Raffestin (1993) argumenta que para se entender o território é necessário saber que o espaço antecede o território, pois ele se forma a partir do espaço.

Diante disso, analisa-se que o território do Acampamento Coragem surgiu através das relações de poder ocorridas por meio da desapropriação do seu antigo território, afetado pela construção da barragem, demonstrando a luta que os moradores têm contra o CESTE, a fim de fixarem novas territorialidades no lugar onde ocupam.

A busca por fixar novas territorialidades é destaque nas lutas e conflitos enfrentados pelas comunidades atingidas, a desterritorialização é um processo presente nas instalações de Usinas Hidrelétricas, segundo Sieben (2012, p.103): “[...] a desterritorialização é o movimento pelo qual se abandona o território constituindo uma operação de linha de fuga e a reterritorialização é o movimento de construção do território”. Os moradores do Acampamento Coragem destacam-se entre as populações que enfrentaram e continuam resistindo a esses processos de migrações territoriais, que a vinda da barragem tem causado às suas vidas.

A ocupação do território de posse do CESTE classifica-se como o recurso utilizado pela comunidade ribeirinha a fim de se reterritorializar, fixar novas territorialidades e continuar a vivenciar suas atividades de subsistência. Sendo assim, os moradores do Acampamento Coragem sofreram os processos conhecidos como Territorialização, Desterritorialização e Reterritorialização (T-D-R). Saquet (2007, p.163) destaca que “[...] os processos de territorialização, desterritorialização e reterritorialização estão ligados, complementam-se incessantemente e, por isso, também estão em unidade. Todos acontecem ao mesmo tempo, para diferentes indivíduos”. Antes da chegada da barragem, suas territorialidades eram firmadas no território que foi

alagado. Em decorrência da desterritorialização, passaram a buscar por lugares no qual conseguissem reconstruir suas vidas. Diante disso, encontraram na reterritorialização, alternativas de continuarem exercendo suas práticas de cultura e subsistência, processo este que os moradores do acampamento enfrentam atualmente.

A reterritorialização surge como alternativa para continuarem exercendo seus modos de vida, tendo em vista que se trata de uma comunidade ribeirinha, cuja cultura é voltada para a terra e o rio. A partir disso, a ocupação de um território às margens do rio é o recurso encontrado como tentativa de continuar exercendo seus modos de vida.

Na busca pela reterritorialização, a comunidade tem o apoio do MAB, que tem contribuído junto às comunidades atingidas por barragens, lutando pelos direitos violados, como o direito à terra e à indenização, dentre outros. O objetivo do movimento é articular e mobilizar ações que reivindiquem as terras que foram atingidas por usinas, desempenhando, dessa forma, um papel muito importante para a comunidade.

Por meio do contato com os moradores da comunidade, percebemos através de suas falas e participações nos debates como o movimento é significativo na luta e reivindicação da terra ocupada. Em suas histórias de vida, a trajetória enquanto militante se constrói a partir do reconhecimento como atingido⁵ e, a partir disso, a luta por direitos de acampados, pelas indenizações não pagas e por modos de vida ribeirinho.

A busca pela compreensão acerca dos seus direitos é a maneira com que o MAB tem proporcionado aos atingidos o reconhecimento acerca daquilo que lhes foi retirado, como é o caso da desapropriação de suas terras, que geralmente ocorre de forma agressiva e sem resistência. Muitas famílias, ao migrarem da zona rural para urbana, acabam sofrendo com essa grande mudança de espaço e meio social.

O MAB luta para conseguir um modelo de produção que não negligencie essas comunidades, dessa forma, mobiliza meios de desenvolvimento que valorizem as especificidades das comunidades localizadas às margens de rios. Sendo assim, Zen (2007, p.74) destaca: [...] “O MAB reafirma o compromisso de lutar contra um modelo capitalista neoliberal e ergue a bandeira da construção de um novo modelo energético dentro de um projeto popular no Brasil”. Nas comunidades ribeirinhas localizadas às margens do rio Tocantins, impactadas por usinas hidrelétricas, há um modelo de produção

⁵ A definição de atingido é abordada por Vainer (2008, p.40) segundo o qual “[...] a noção de atingido diz respeito, de fato, ao reconhecimento, leia-se legitimação, de direitos e de seus detentores”.

que só atende à ótica capitalista. No Acampamento Coragem, situado nas proximidades da UHEE, observamos a discrepância social existente, uma vez que a comunidade impactada por esse megaempreendimento não detém de serviços básicos garantidos por lei, como energia elétrica e saneamento básico.

PRINCIPAIS IMPACTOS DA UHE DE ESTREITO AO ACAMPAMENTO CORAGEM

São muitos os danos causados pela UHEE, com a formação do reservatório, que consequentemente ocasionou a desterritorialização das comunidades atingidas ao longo do rio Tocantins, acarretando impactos sociais, culturais, econômicos e ambientais às populações ribeirinhas, a exemplo dos moradores do Acampamento Coragem.

“Os impactos sociais, culturais, ambientais, familiares e estruturais que as populações têm sofrido no processo de desterritorialização, ocasionam na vida delas modificações no modo de viver, levando essas famílias, em certos momentos, não quererem saber mais de lutar por melhorias, pois as grandes obras não implicam em melhores condições de vida” (ROCHA, 2016 p. 36).

Nesse sentido, a comunidade sofreu e ainda sofre com os impactos causados pela construção da barragem, ocasionando complicações nas práticas de pesca, plantio e criação. Em consequência, gera-se a pobreza e vulnerabilidade dessas comunidades. Dentre os principais impactos causados pela barragem de Estreito, a desterritorialização é destaque entre os processos enfrentados pelos moradores do Acampamento Coragem, que, consequentemente, acaba ocasionando danos à identidade cultural dos atingidos.

A cultura dos atingidos está intrinsecamente ligada aos seus modos de vida e às práticas de subsistência que são realizadas por eles. A relação com a natureza expressa o pressuposto identitário da comunidade, tendo em vista que sobrevivem da produção extraída da terra e rios.

Hall (2006) descreve que o sujeito não tem uma identidade unificada e estável, ou seja, pode passar a ser fragmentada. Isso acontece com os moradores da comunidade, devido aos impactos causados em suas práticas culturais pela perda do território, entre outros fatores, resultando, assim, na perda da sua identidade cultural.

A vazante é uma das práticas culturais exercida pelos ribeirinhos, que antes da construção da UHEE tinham pontos de pescas às margens do rio Tocantins. Nesses

lugares, a pesca e vazante eram atividades de subsistência. Trata-se do plantio de vegetais e hortaliças na beira do rio, no período de desnível, época em que os ribeirinhos aproveitam a fertilidade do solo para plantar melancia, arroz, abóbora, milhos entre outros.

“[...] a construção da identidade dos povos tradicionais está intimamente ligada ao seu território, aos recursos naturais e à sua própria cultura, pois a questão da territorialidade e a identidade se entrelaçam na e para a construção das representações do espaço humanizado, que, por sua vez, tornam-se produtos da cultura” (MENESTRINO & PARENTE, 2011, p. 5).

Diante disso, percebeu-se que a identidade da comunidade é ligada à sua afetividade com o antigo território, aos recursos que eram oferecidos, como a abundância do pescado, o solo fértil às margens do rio para produção das vazantes e a riqueza que o pescado tinha naquela época.

Próximo ao acampamento encontra-se o reservatório da barragem de Estreito (Fotografia 2), um dos fatores para a comunidade ser retirada do antigo território que afeta diretamente suas atividades culturais, como a pesca e a produção de vazantes, além de devastar toda a paisagem ao seu redor.

Fotografia 2: O Reservatório da UHEE Próximo ao Acampamento Coragem



Fonte: Oliveira, 2019

Na Fotografia 2, observa-se a grande presença de troncos de árvores que estão no estágio de deterioração, ou seja, em decomposição, liberando algumas substâncias na água que podem ser tóxicas aos peixes. Conforme relatos dos moradores do acampamento, após a vinda da barragem, a produção pesqueira decaiu drasticamente, fazendo com que algumas espécies do pescado diminuíssem em decorrência da formação do lago e barramento do rio, impedindo que houvesse a reprodução dos peixes e, conseqüentemente, que os cardumes circulassem naturalmente, como ocorria antes da barragem.

Machado (2020) destaca que os impactos na produção pesqueira são um dos maiores enfrentados pelas populações atingidas. Em seu estudo, o autor ressalta que desde o processo de instalação da barragem de Estreito, foi possível pontuar uma série de danos causados ao pescado.

“A barragem de Estreito represou muitos peixes nas comportas onde se encontram o empreendimento. Na narrativa do pescador A.N.S, quando o mesmo menciona que ‘eles pega (sic) os peixe bom e solta e enterra’, estão situados exatamente esses processos recorrentes no vertedouro, pois, por não haver a escada de peixes, estes ficam preses nas comportas e para sanar tais problemas os empreendedores recolhem e enterram o pescado represado, o que acaba impactando ambientalmente a produção dos pescadores” (MACHADO, 2020, p. 104).

A escada de peixe é uma das promessas que o CESTE promoveu durante a instalação da barragem. A escada de peixe são tanques ou degraus, que geralmente são construídos em barragens para que o peixe consiga subir o rio nadando contra a correnteza, para assim desovar e se reproduzir naturalmente. A falta dessa escada é o que dificultou a produção e reprodução do pescado e, conseqüentemente, diminuiu a pesca. Entre os relatos dos moradores, a ausência de cardumes e a falta de diversidade dos peixes é um dos impactos que mais tem causado crises na vida dos moradores do acampamento.

Antes da vinda da barragem, a comunidade ribeirinha fazia a produção de vazantes à beira do rio Tocantins, essa produção era feita quando o nível do rio baixava, deixando as margens bem férteis para o plantio, tendo êxito nas plantações de vegetais e hortaliças. Logo após a instalação da usina, foram impedidos de realizar essa prática cultural na comunidade, sendo obrigados a não produzir nas vazantes, devido à Área de Preservação Permanente (APP), podendo ser penalizados e multados.

Em razão do impedimento de produzir nas APP, a comunidade começou a cultivar roças de tocos nos seus lotes. Percebemos nos trabalhos de campo que o plantio em roças de tocos envolve uma série de desafios, alguns dos moradores relatam a baixa fertilidade do solo, pois a terra em que moram atualmente é arenosa, o que acaba dificultando o desenvolvimento do plantio.

Dentre as alternativas encontradas para sanar o problema da terra infértil, os ribeirinhos recorreram à adubação dessas terras; a mandioca, o milho e o feijão são os que mais produzem nas roças de toco, após processo de adubação. Entretanto, cabe destacar a disparidade da produção de alimentos em comparação ao que era produzido em suas vazantes, que tinham solos férteis e maior diversidade de plantio. Na época, as produções dos vazanteiros forneciam às feiras municipais da cidade de Estreito e região, com as roças de tocos isso não é possível, tendo em vista que a produção proporciona apenas a subsistência de cada morador.

A partir do momento que migraram para o território que vivem hoje, tiveram que se adaptar ao local, lidando com terras pouco férteis e sendo proibidos de produzir nas vazantes, devido à determinação judicial que decretou uma distância de 100 metros da APP. Desse modo, houve a diminuição na produção de grãos e hortaliças responsáveis pelo autossustento, além de não mais poderem utilizar as margens do rio para cultivo.

“Em destaque encontram-se os moradores do Acampamento Coragem, que em decorrência da Área de Preservação Permanente (APP) que são proibidos de fazer uso de 100m² à margem do rio, não podendo plantar ou utilizar a mesma com a penalidade de ser multado. Esse fator tem impedido que vazanteiros pudessem continuar a realizar sua atividade profissional, dado o fato que os mesmos plantavam a margem do rio no período de desnível, aproveitando da fertilidade do solo para o plantio de hortaliças, grãos, vegetais e frutas” (MACHADO, 2019, p.6).

Entre os relatos dos acampados, muito se discute sobre as estratégias que o CESTE utiliza para dominar o espaço, dificultando a vida dos moradores e criando mecanismos a fim de conduzir à desistência na luta pela terra, tendo como exemplo a demarcação das áreas de APP, que proíbe o uso da terra 30 metros acima da margem do rio, consequentemente impedindo-os de realizarem suas atividades de vazante. Dentre as histórias de vida, os acampados destacam que a APP foi um dos principais prejuízos executados pelo CESTE, impactando diretamente suas vivências.

A escassez de peixe também é destacada pelos moradores do acampamento. Antes da construção da barragem e, conseqüentemente, da formação do lago, havia fartura de peixe, ou seja, existiam grandes cardumes, dentre eles se destacam a Branquinha, o Pacu Manteiga, Caranha, Piau e alguns peixes de couro. Atualmente, os pescadores conseguem pescar no lago Tucunaré e o Mampará, isso ocorre devido à barragem impedir que os peixes subam a correnteza para se reproduzirem. Outro agravante é o fato de as comportas serem abertas e fechadas constantemente, acarretando a mortalidade dos peixes.

A pesca é a principal atividade de subsistência dos moradores do acampamento, sendo um dos principais impactos sofridos pela comunidade. A implantação do lago afetou diretamente a atividade pesqueira: algumas espécies de peixes, antes abundantes no rio, atualmente não são encontradas no lago, em razão de não serem típicos de água parada, além da presença de troncos e matérias orgânicas em decomposição no lago. Em entrevista, um dos acampados relatou: “Agora, para se pegar uma quantidade significativa de peixe é necessário ir três a quatro dias no lago para pescar e varia muito, tem dia que pega muito e tem dia que não pega nada, a hora que mais se pega é à noite, e ainda é de anzol” (J., 12/12/2020).

Desta forma, percebe-se a dificuldade de exercer a atividade pesqueira após a construção da barragem e conseqüentemente do lago, mudando drasticamente a vida do pescador, que antes pescava grandes cardumes de peixes em um curto intervalo de tempo no rio Tocantins. Agora, necessitam dedicar mais tempo, sendo o retorno bem menor em relação ao esperado. Antes da vinda do lago, o pescado era comercializado no comércio local, além de servir de base para a alimentação familiar.

Diante disso, concluímos que os impactos causados pela UHEE aos moradores da Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem têm afetado economicamente, socialmente e culturalmente suas trajetórias e seus modos de subsistência. Entretanto, cabe ressaltar que a ocupação desse território perpassa o sentido de estar à beira do rio, de reivindicar um lugar ribeirinho, onde possam continuar pescando e plantando, estando de alguma forma associados à vida que tinham antes da barragem, mesmo com os inúmeros embates e desafios enfrentados contra os empreendedores, a luta pelo território perpassa o sentido do lugar e da subsistência, e é por essa razão que há cinco anos continuam na luta para a conquista da terra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa nos proporcionou uma série de reflexões sobre as comunidades ribeirinhas atingidas por barragens, em destaque a comunidade ribeirinha do Acampamento Coragem, que, por meio deste estudo, foi possível conhecer sua e entender os embates que são enfrentados com os empreendedores da UHEE.

No Brasil, há um crescimento considerável de construções de novas barragens e, conseqüentemente, os números de comunidades tradicionais, ou seja, ribeirinhos afetados pela ótica capitalista de produção, com viés na exploração de um recurso natural apenas visando o lucro, sem pensar nos impactos causados a esses grupos.

As discussões neste trabalho têm como base os impactos que a UHEE provocou e ainda provoca na Comunidade Ribeirinha do Acampamento Coragem, um empreendimento que surge com a ideia de trazer um desenvolvimento para a região sul do Maranhão e para o norte do estado do Tocantins, mas em torno disso, percebemos que não é exatamente o que acontece: muitas comunidades tradicionais são afetadas por esse empreendimento, que gera uma série de impactos ambientais, culturais e sociais, além de inúmeros conflitos pautados nas disputas por territórios.

O acampamento surgiu devido ao processo de desterritorialização, ou seja, a migração de um território para outro, em razão do alagamento de suas terras, provenientes do reservatório da barragem, fato esse que causou a perda do seu território, e, posteriormente a ocupação da terra de posse do CESTE, a fim de se reterritorializar. Todavia, esse processo de resistência e luta pela terra não é pacífico, os acampados enfrentam inúmeros conflitos, sobretudo judiciais.

Nesse sentido, o MAB luta pelos direitos negados às populações atingidas pela construção da barragem, principalmente no que diz respeito às indenizações. O movimento ainda luta pela implantação de um modelo energético, que não cause tantos impactos ao meio ambiente e as comunidades tradicionais às margens dos rios.

Portanto, mesmo após a instalação da usina, a comunidade em estudo continua a sofrer com os impactos da barragem, que causaram efeitos irreversíveis aos seus modos de vida, atingindo drasticamente a produção pesqueira e, conseqüentemente, interrompendo a produção de vazantes na beira do lago, o que afeta diretamente nas práticas culturais e de subsistência das populações atingidas. Evidenciamos por meio

deste estudo como a lógica capitalista tem reproduzido as desigualdades sociais em nossa sociedade, pautada pela divisão de classes entre empreendedores e acampados, divisão essa, na qual o ribeirinho é sempre marginalizado e privado de direitos básicos e essenciais a todo cidadão.

REFERÊNCIAS

- HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.
- MACHADO, Laylson Mota. “**A beira do rio é o nosso lugar**”: os efeitos da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA) e a vida ribeirinha no Acampamento Coragem em Palmeiras do Tocantins (TO). 2020. 138f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura e Território) – Universidade Federal do Tocantins: UFT, Araguaína, TO, 2020.
- _____; SIEBEN, Airton. A Representação Feminina no Acampamento Coragem e a Desterritorialização ocasionada pela Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). **Humanidades & Inovação**, v.6, p. 280-291, 2019.
- _____. **O Acampamento Coragem: impactos, conflitos e percepções em torno da Usina Hidrelétrica de Estreito – MA**. 2017. 82 f. Monografia (Licenciatura em Ciências Sociais) - Universidade Federal do Tocantins, UFT: Tocantinópolis, TO, 2017.
- _____. A Formação do Acampamento Coragem e os Impactos socioespaciais em torno da Usina Hidrelétrica de Estreito (MA). In: **43º Encontro Anual da ANPOCS**, 2019, Caxambu. ANAIS do 43º Encontro Anual da ANPOCS. v.1.
- MENESTRINO, Eunice; PARENTE, Temis Gomes. O estudo das territorialidades dos povos tradicionais impactados pelos empreendimentos hidrelétricos no Tocantins. **Brazilian Geographical Journal**, Uberlândia, v.2, n.1, p. 1-19, 2011.
- MYNAIO, Cecília de Souza et al. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1994.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.
- ROCHA, Judite da. **Usina Hidrelétrica de Estreito e desterritorialização: impactos sobre a saúde e resistência das famílias atingidas**. 2016. 124f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Fundação Oswaldo Cruz, FIOCRUZ, Rio de Janeiro, 2016.
- SANTIAGO, Carlos Leen. **O Estreito Desenvolvimento: história dos conflitos socioambientais da barragem**. Imperatriz, MA: Ética, 2014.
- SANTOS, Alisson Almeida; SIEBEN, Airton. Hidreletricidade e des-re-territotalização: uma análise a partir no reassentamento Mirindiba localizado no município de Araguaína-TO. In: **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína, TO: Ano 03, n 1, p. 1-10, jan- jun, 2014.
- SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções sobre território**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.
- SEPLAN- TO (2012) disponível: <<https://www.cge.to.gov.br/secretaria-do-planejamento-e-da-modernizacao-da-gestao-publica-seplan-2012/>> acesso: 07 de julho. 2020.

- SIEBEN, AIRTON. **Estado e Política Energética**: a desterritorialização da comunidade rural de Palmatuba em Babaçulândia (TO) pela Usina Hidrelétrica Estreito. 2012. 203 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Uberlândia: UFU, Uberlândia, MG: 2012.
- VAINER, Carlos Bernardo. Conceito de “atingido”: Uma revisão do debate. In: ROTHMAN, Franklin Daniel (Orgs.). **Vidas Alagadas**: conflito socioambientais, licenciamento e barragens. Viçosa, MG: UFV, 2008, p. 39-63.
- ZEN, Eduardo Luiz. **Movimentos Sociais a Questão de Classe**: um olhar sobre o movimento dos atingidos por barragens. 2007. 211 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade de Brasília: UnB, Brasília, DF: 2007.